



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Quarto Termo Aditivo ao Contrato celebrado em 05.05.2020, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a empresa CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA. (Processo Administrativo nº 8517944-42.2021.8.06.0000).*

AD4/CT Nº 09/2020

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N. – Cambéa CEP: 60822-325 – Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por sua Presidente, Des. Maria Nailde Pinheiro Nogueira, e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Vlândia Santos Teixeira, e a empresa **CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.**, representada neste ato por Sua Representante Legal, Sra. Lúcia Maria Simões Pereira, portador da carteira de identidade número [REDACTED], com endereço na Rua Tibúrcio Cavalcante, nº 2850, Bairro Dionísio Torres, em Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ sob o número 07.783.832/0001-70, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar TERMO ADITIVO com base nas seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal**

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) Na manifestação da Secretária de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, aprovando a Informação nº 164/2021, datada de 23/11/2021, constante do processo acima epigrafo;
- b) nas disposições contidas no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 09/12/2021, devidamente aprovado pela Exma. Sra. Des. Presidente do TJCE.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

Constitui objeto deste Termo acrescentar 02 (duas) vagas de Professor e 02 (duas) vagas de auxiliar de Serviços Educacionais, no Contrato que tem por objeto **a contratação de serviço continuado na área de educação, incluindo fornecimento de mão de obra uniformizada, cujos empregados serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e respectivas Convenções Coletivas de**



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**Trabalho no Ceará, para atender às necessidades da Creche do Poder Judiciário do Estado do Ceará**, passando o valor da mão de obra de R\$ 124.109,52 (cento e vinte e quatro mil, cento e nove reais e cinquenta e dois centavos), para a **R\$ 142.104,90 (cento e quarenta e dois mil, cento e quatro reais e noventa centavos)**, perfazendo no contrato um acréscimo total de 14,499597%.

***Cláusula Terceira – Da Ratificação***

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem-se os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, 16 de dezembro de 2021.

***Maria Nailde Pinheiro Nogueira***  
***DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TJCE***

***Vlândia Santos Teixeira***  
***SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE***

***Lúcia Maria Simões Pereira***  
***REP. COMERCIAL DA EMPRESA CRIART – SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA LTDA.***

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_